

Nas primeiras décadas do século XIX, vários viajantes europeus percorreram o meu leito, ainda que, para isso, precisassem dispor-se a passar de 15 a 20 dias em lombo de burro entre Ouro Preto e Rio de Janeiro. O caminho era de terra, sendo preciso cruzar as serras do Mar e da Mantiqueira, assim como os rios Paraíba e Paraibuna. As pernoites continuavam a ser realizadas, como nas épocas anteriores, em ranchos no meio da estrada, onde eram comprados alimentos para homens e animais (MANTOVANI, 2007, p. 128-129). Esses europeus inicialmente precisaram obter permissão de D. João VI, já que a presença de estrangeiros nas áreas de mineração era proibida, e deixaram registrado seu impacto perante as sonoridades da região, que lhes pareciam tão peculiares. Tais escutas, descritas em anotações e imagens, se por um lado exprimiam seu estranhamento cultural diante desse território tão diferente da Europa, por outro também revelavam aspectos comumente desapercibidos pelos habitantes locais.

Alguns desses viajantes, providos de formação ou experiência na área geológica, faziam questão de mencionar a situação da mineração na localidade. Assim, o barão Eschwege, recrutado por D. João VI para atuar como intendente das Minas de Ouro, relatou que ao longo do meu curso, ainda existia, em 1812, “um importante serviço de extração de ouro, de propriedade do capitão-mor de Mariana. Todavia, o proprietário fizera um cerco e esgotara as águas mais profundas” (ESCHWEGE, 1979, p. 12). Já em 1840, o zoólogo e botânico inglês George Gardner informava que “Também este solo foi por toda a parte escavado à cata de ouro; mas, à exceção de pequena mina entre Inficionado e Bento Rodrigues, não vi lavras em extração em parte alguma” (GARDNER, 1976, p. 237).

Juntamente à produção mineradora e a prática agropastoril

para abastecimento local, o comércio adquiria maior importância na região, acompanhado pelo crescimento da presença de mercadores ingleses. Assim, um jornal da cidade de Ouro Preto, já em 1830, anunciava que em uma das lojas da cidade poderiam ser encontrados “farinha, arroz, assucar, feijão, restillo, azeite, vellas de cebo, café, sal, galinhas, ovos, caça, porcos, cabritos, carneiros, hortaliças de toda qualidade para plantar, batatas, cenouras &c. Ferro em barras, ferraduras tanto para cavallos como para burros, cravos, e algum taboado, assim como quaesquer fazendas próprias para vestuário dos negros, e panelas, tachos de burro, e potes &c. [...] Quaesquer officiaes mechanicos, como Carpinteiro, Pedreiro, e trabalhadores encontrarão sempre bastante que fazer; e bem assim qualquer pessoa ou pessoas que dezejarem contratar ou fazer algumas rodas para engenhos de socar pedra ou edificarem cazas pequenas, fazer plantações &c.” (O Universal, 6 ago. 1830, p. 7 apud ALVES, 2015).

A despeito dessas mudanças econômicas, a identidade administrativa dos pequenos povoados oscilava continuamente entre a conferência e a supressão do estatuto de distrito, num indicativo de sua vulnerabilidade político-social (FREITAS; CASTRIOTA, 2017, p. 6). E minhas águas continuavam a escoar por aquelas localidades que, para muitas autoridades da região, pareciam estagnadas, mas que para grande parte dos moradores, inclusive para aqueles escravizados, comportavam o dinamismo de sua luta pela sobrevivência cotidiana.

Assim, não casualmente, as sono-



ridades musicais de celebração muito sensibilizavam os viajantes estrangeiros que continuavam a passar por ali, como aquelas provindas das violas de mão (parecidas com as violas caipiras da atualidade), dos cordofones dedilhados, dos descantes (um tipo menor de viola) e das machetes (algo próximo do cavaquinho de hoje). Esses instrumentos eram tocados pelos “tangedores” em encontros informais, geralmente nas vendas de beira dos caminhos ou nos arraiais, assim como nos festejos sociais e religiosos (VILELA, 2010, p. 328).

Já nas residências mais abastadas, situadas próximas ao caminho percorrido pelas minhas águas, uma nova forma de sociabilidade foi sendo introduzida: a dos saraus, realizados nos salões dessas moradias. Quanto aos instrumentos musicais, destacavam-se inicialmente as flautas, rebecas e violões. Aos poucos, porém, o piano foi alcançando proeminência, sobretudo após a segunda metade do século XIX, inclusive porque, sendo bastante caro, detinha um valor simbólico de distinção, até de ostentação social. Os saraus constituíam-se espaços de refinamento social e de entretenimento, nos quais a presença feminina, ao contrário dos períodos anteriores, era bastante requisitada. Definitivamente, começava um novo tempo para as localidades que eu percorria em meu trajeto.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALVES, Débora Bendocchi. *Uma região mineradora. Minas Gerais, Brasil, segunda metade do século XIX. Nuevo Mundo Mundos Nuevos Colloques*, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/67741>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. V. 2.

FREITAS, Anielle Kelly Vilela; CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Conservação e valores na proteção da paisagem cultural de Bento Rodrigues. Encontro Internacional Arquimemória 5: sobre preservação do patrimônio edificado. Anais...* Salvador, 27 de nov a 1 dez. 2017.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

MANTOVANI, André Luiz. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897*. 2007. 185f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

VILELA, Ivan. *Vem viola, vem cantando. Estudos Avançados*, v. 24, n. 69, 2010.

